



Brossard: anúncio, na Fiesp.

Cade e CDC contra abusos

Para colocar em prática sua anunciamada intenção de tratar com "mão-de-ferro" os abusos do poder econômico e os crimes contra a economia popular, o presidente José Sarney já sabe por onde começar. De acordo com informação do ministro da Justiça, Paulo Brossard, entre as primeiras providências do governo para iniciar essa tarefa está a reformulação do Conselho de Defesa do Consumidor (CDC) e a ativação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). São órgãos ligados ao Ministério da Justiça. Brossard concedeu entrevista à imprensa ontem, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde foi anunciado o novo presidente do CDC: é o ex-deputado Flávio Bierrenbach.

Na entrevista, Brossard tentou minimizar as declarações do presidente Sarney de que "o empresariado brasileiro não tem cultura para conviver com um sistema de preços livres". O ministro disse ter conversado com o presidente e garantiu que "ele não disse aquilo naqueles termos". Inicialmente Brossard chegou, inclusive, a cogitar a hipótese de que as informações teriam vazado através de escuta telefônica. "A verdade é que a declaração foi feita por telefone ao ministro da Fazenda, chegaríamos à conclusão de que o telefone de um dos dois está grampeado." Só mais tarde, o ministro Brossard foi informado de que as declarações do presidente foram divulgadas pelo seu porta-voz.

Na conversa com o presidente Sarney, o ministro da Justiça disse ter sido informado de que o noticiário de ontem teve origem num encontro entre o presidente e empresários do setor do comércio.

Uma das providências que o governo está tomando para evitar abusos é tentar pôr em funcionamento o Cade, que foi criado há mais de 20 anos, mas até hoje praticamente nunca funcionou. A maior dificuldade, justificou Brossard, "é encontrar uma pessoa idônea, competente e qualificada para a direção, pois a remuneração é simbólica". A segunda providência é a reformulação do Conselho de Defesa do Consumidor.

Casa própria: impasses

As Sociedades de Crédito Imobiliário concordam: os financiamentos para a aquisição da casa própria poderão sair até o final deste mês, como deseja o Banco Central. Desde que sejam definidas algumas regras, consideradas fundamentais, especialmente no que diz respeito à amortização dos contratos.

Antes de mais nada, os agentes financeiros querem saber quem vai pagar a conta dos contratos antigos, o imenso rombo do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais) gerado pelas deficiências do antigo sistema de amortizações. E, depois, querem que o novo sistema evite a formação de saldos residuais no final dos contratos.

Como disse o presidente da Abecip (Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança), Anésio Abdalla, "não se pode repetir o mesmo erro do passado".

O CES (Coeficiente de Equiparação Salarial), atualmente de 1,18, explicou o diretor executivo do Bradesco, Nelsoni de Souza, de forma alguma conseguirá corrigir a defasagem entre a correção do saldo devedor e as prestações, com um nível de inflação tão alto como o atual. Sua sugestão é a volta do antigo Plano A, que determinava o pagamento do saldo residual pelo próprio mutuário, de uma forma negociada juntamente com o agente financeiro.

Na opinião de Luís Eduardo Pinto, presidente da Acresp (Associação das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança do Estado de São Paulo), o sistema de equivalência salarial deveria ficar restrito à faixa de baixa renda. As amortizações nas demais faixas deveriam acompanhar a variação da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

A Caixa Econômica Federal já está aceitando inscrições para financiamentos para aquisição da casa própria ou construção em terreno próprio e quitado, até o limite de 5.000 OTN (o que exige uma renda familiar bruta de aproximadamente R\$ 65.000,00, com o pagamento de prestações mensais em torno de R\$ 15.000,00). O financiamento para imóveis usados continua suspenso.

De acordo com os agentes financeiros, a CEF pode reabrir os financiamentos, esperar por alterações no sistema de amortização, porque eventuais rombos do FCVS provavelmente serão cobertos por dotação orçamentária e, como consequência, repassados à sociedade.

Nesse ponto, Anésio Abdalla disse que é necessário que o governo deixe explícito o subsídio que será destinado à área habitacional, principalmente para as faixas de um a cinco salários mínimos, que não têm como assumir um financiamento com juros e correção monetária.

Luis Felipe Soares Batista, vice-presidente da Abecip e diretor do Banco Itaú, não aceita a acusação de que as sociedades de crédito imobiliário não estão atuando no setor. O Banco Itaú, por exemplo, está com uma série de financiamentos em fase de maturação, contratados há mais de um ano, muitos deles destinados à construção de prédios que levam até mais de dois anos, e onde as unidades também serão financiadas aos compradores. São esses financiamentos que permitem ao banco o encadramento nas normas do BC, que determinam que 60% dos recursos captados pelos agentes do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) se destinem ao setor imobiliário.

No caso de não enquadramento, explica Anésio Abdalla, os recursos que deixarem de ser aplicados no setor, têm de ser obrigatoriamente aplicados no Banco Central, que pode utilizá-los até no refinanciamento da dívida pública.

O Bradesco está operando normalmente na faixa livre (10% das captações), com juros de 18% a.a., correção mensal do saldo devedor, reajuste mensal ou trimestral das prestações, no prazo máximo de 10 anos, sem limites. O banco possui hoje cerca de 150 mil financiamentos na faixa habitacional, para um total de R\$ 108 bilhões captados.

Denise Campos de Toledo